



Da estratégia cultural ao reconhecimento político: retomada das movimentações estudantis da UFPB na década de 1970

Talita Hanna Cabral¹

RESUMO

Após decretado o Ato Institucional nº 5, no ano de 1968, ficou cada vez mais difícil manter um movimento organizado no Brasil. O movimento estudantil não ficou à margem da situação: como um dos movimentos mais investigados pelos órgãos de segurança nacional, o movimento estudantil procurou enveredar por outros caminhos, seja na luta armada ou dentro dos próprios órgãos de representação estudantil vigiados pela ditadura militar, a exemplo o Diretório Central dos Estudantes (DCE). No período político do país conhecido por “distensão lenta, gradual e segura” um dos desafios do movimento estudantil da Universidade Federal da Paraíba foi a retomada de sua entidade de representação maior daquele espaço, o DCE, a partir de 1975. Todo um trajeto que inclui um projeto político e cultural que não só aglutinava estudantes acadêmicos da UFPB, mas também parcela da sociedade civil pessoense às causas que estavam para além dos interesses meramente estudantis. Esse artigo faz parte de pesquisas feitas para a escrita da dissertação sobre o movimento estudantil da Universidade Federal da Paraíba na década de 1970. Por resultado tem-se um movimento bem estruturado com atividades compartilhadas entre diversos setores da sociedade civil paraibana e com vários estudantes acadêmicos pelo país. Para esse artigo, priorizamos as práticas culturais.

Palavras chave: Movimento estudantil. Ditadura militar. UFPB. Cultura e política.

From cultural strategy to political recognition: restart of UFPB students' movements in the 1970s

ABSTRACT

After the Institutional Act number 5 is decreed, in 1968, it was increasingly difficult to keep an organized movement in Brazil. The student movement was not on the sidelines of the situation: being one of the movements more investigated by the national security organs, the student movement sought to go to other paths, whether in armed struggle or inside the student representative organs, watched over by the military dictatorship: the Central Students Directories. In a politic period of the country known by its "safe, progressive and slow distension", one of the challenges of the Federal University of Paraíba (Universidade Federal da Paraíba, UFPB) student movement was the resumption of its biggest representative entity, the Central Students Directory (Diretório Central dos Estudantes, DCE), from 1975. With the resumption of that space, comes up a whole political and cultural project that not only brought together academic students of UFPB, but also part of the civil society from João Pessoa, to the causes that were beyond students' interests. This article is part of researches done for the essay

¹Mestra em História pela Universidade Federal da Paraíba. Email: hannahistoria@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8743825586254937>



about the students' movement of the Federal University of Paraíba (Universidade Federal da Paraíba, UFPB) on the 1970s. As result, there is a well structured movement with shared activities between many civil society sectors from Paraíba and many academic students across the country. Cultural practices were prioritized in this article.

Keywords: Students movement. Military Dictatorship. UFPB. Culture and politics

1 INTRODUÇÃO

As páginas a seguir abordam sobre o movimento estudantil acadêmico reconstruído na Universidade Federal da Paraíba, campus João Pessoa, após sete anos de atividades estagnadas devido ao clima de tensão e medo que vieram acompanhadas com o Ato Institucional número 5, no ano de 1968. Estudar um período de vigência do AI - 5 e da censura à imprensa parece para nós, pesquisadores, uma tarefa árdua. Em um primeiro momento aparenta ser mais prático seguir o caminho menos conturbado e afirmar que os estudantes após 1968 estavam inexpressivos, com suas atividades coletivas esfaceladas. Mas do trabalho de coleta de informações vem o prazer: das matérias de jornais brevemente informativas sobre estudantes e dos órgãos do serviço secreto de informações do governo federal, surgiram revelações e dúvidas. Porém, as linhas a serem escritas já começaram a aparecer mais claras e o uso da história oral foi imprescindível, daí o privilégio de trabalhar com um tema tão recente e poder ouvir pessoas que estiveram envolvidas nas atividades estudantis aqui optadas por trabalhar.

Em algumas universidades do país os estudantes acadêmicos, desde o início da década de 1970, já planejavam um retorno das atividades enquanto oposição. Esse é um período que, segundo Pellicciotta (1997, p. 26) as concepções militantes deixam se ser exclusivamente partidárias para produzir uma multiplicidade de propostas de organização e ação política. Essa foi uma década em que as atividades culturais tornaram-se parte da vida das entidades estudantis, integradas aos propósitos coletivos de um espaço complementar à experiência formativa.

Pouco a pouco, foram os shows musicais, através das Mostras de Música com as presenças de Gilberto Gil, Caetano Veloso, Chico Buarque, Milton Nascimento, Gonzaguinha entre outros que promoveram “a troca de referências e linguagens artísticas no interior do espaço do diretório (de larga tradição política)” possibilitando “a experimentação de perspectivas de ação coletiva” (PELLICCIOTTA, 1997, p. 166). Esse momento cultural dos



estudantes assemelha-se à proposta desenvolvida anteriormente pelo Centro de Cultura Popular, criado em 1961² e a UNE.

Portanto, o objetivo deste artigo é apresentar a atuação do movimento estudantil da UFPB na década de 1970. A prioridade aqui é de demonstrar, através de pesquisas em jornais, arquivos estudantis, documentos governamentais e entrevistas, as articulações estudantis no processo de retomada de suas atividades dentro das expressividades culturais.

Os nomes dos entrevistados foram ocultados, mas todas as entrevistas foram autorizadas e seus nomes podem ser consultados na dissertação de mestrado sob o título “Do fragmento à reorganização: movimento estudantil da UFPB (1975-1979)” defendida no ano de 2015 através do Programa de Pós Graduação em História, na UFPB.

2 CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Para trabalhar com esse tema, o embasamento teórico pousa sobre a Nova História Política e a Cultura Política. Herdeira dos *Annales*, a história política renovada trabalha com a interdisciplinaridade, estimulada pelo contato com as ciências sociais, psicologia, linguística, matemática, informática entre outras. A Nova História Política retorna “Abraçando os grandes números, trabalhando na duração, apoderando-se dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva, ou do inconsciente, as raízes das convicções e as origens dos comportamentos.” (RÉMOND: 1996, p.36).

A Nova História considera as estruturas duráveis mais reais e determinantes do que os acidentes conjunturais. Portanto, o comportamento coletivo ganha maior importância no curso da história do que as iniciativas individuais, fenômenos registrados em longa duração eram mais significativos e decisivos que os movimentos de pouca amplitude, as realidades do trabalho, produção, técnicas, transformações tecnológicas e relações sociais deveriam reter maior atenção dos observadores do que os regimes políticos ou as mudanças na identidade dos detentores de poder, “cujas decisões, segundo se entendia, só faziam traduzir o estado da relação das forças sociais, ou refletir realidades anteriores às escolhas políticas.” (RÉMOND, 2003, p.16)

² As raízes do engajamento artístico do CPC estão no Teatro de Arena. Ligado à construção de uma cultura nacional, o Teatro de Arena dialogou com grupos de teatro amador e estudantil, investiu na produção da dramaturgia brasileira e preocupou-se com a representação da realidade brasileira a partir de conceitos e autores marxistas e das teses do PCB para compreender a politização das artes. Ver: GARCIA, 2007. (Op. cit.)



Como extensão da história política renovada entra a Cultura Política. Segundo Rosanvallon, em aula inaugural na *Collège de France* em 2002 na Cátedra de História Moderna e Contemporânea do Político:

[...] Ela toma de empréstimo – notadamente à história das mentalidades – a preocupação de incorporar o conjunto de elementos que compõem este objeto complexo que é uma cultura política: o modo de leitura dos grandes textos teóricos, a recepção de obras literárias, a análise da imprensa e dos movimentos de opinião, o destino dos panfletos, a construção de discursos de circunstância, a presença de imagens, a pregnância dos ritos e mesmo o efêmero rastro das canções. Nesta abordagem, pensar o político e fazer história ativa das representações da vida comum são tarefas sobrepostas: é um nível “bastardo” que se deve apreender o político, no entrelaçamento das práticas e representações (ROSANVALLON, 2010, p. 86-87).

Através da Cultura Política é permitido evidenciar as subjetividades e complexidades dos estudantes aglutinados em instituições de representação estudantil. Segundo Sirinelli(1998), cultura política seria uma espécie de código e de um conjunto de referências formalizados no seio de um partido, de uma família ou de uma tradição política. Por esta definição, é possível incluir a importância do papel das representações e da pluralidade no campo de estudo, retirando do político o status apenas ideológico. São em trabalhos inspirados em Bernstein e Sirinelli que se encontra uma busca em identificar as diferentes culturas políticas que integram e disputam um mesmo espaço nacional (MOTTA, 2009).

O recorte histórico entra na perspectiva da História do Tempo Presente e dentro dessa proposta, o uso da História Oral. A coleta de depoimentos pessoais teve início na década de 1940 nos Estados Unidos, porém sua expansão se deu a partir da segunda metade da década de 1960. Através da história oral procurava-se resgatar a atuação dos excluídos do processo histórico: negros, mulheres, imigrantes. Portanto, afirmava-se como instrumento da construção de identidade de grupos, assumindo um caráter militante. Essa característica foi bem aceita nos Estados Unidos e Inglaterra, porém entre a comunidade de historiadores franceses, sob a égide dos *Annales* de abordagem estrutural e quantitativa, revelaram-se inibidores do uso das fontes orais, garantindo a priorização aos registros escritos. Com a introdução da História do Tempo Presente e o retorno de uma História Política renovada, colocou obrigatoriamente em foco os depoimentos orais.

Segundo Ferreira (2012, p. 172), a história do tempo presente é uma perspectiva temporal por excelência da história oral, legitimada como objeto da pesquisa e da reflexão históricas. Com a história oral, o objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado por intermédio da memória dos informantes. Mesmo correndo o risco do esquecimento ou do



caráter ficcional das narrativas, os relatos podem levar o pesquisador a mudanças de perspectiva no trabalho histórico. O uso da fonte oral também requer erudição do pesquisador. É preciso conhecer o tema e saber conduzir a entrevista, bem como ter o conhecimento das críticas que pairam sobre a fonte oral.

Segundo Paul Thompson (*apud* MATOS; SENNA, 2011, p. 102), é necessário ser feito no decorrer da pesquisa um paralelo e diálogo entre a documentação escrita já existente e a fonte oral. Para o nosso tema, a história oral é utilizada como fonte, portanto, em sua visão metodológica. Como dimensão viva, a história oral traz novas perspectivas a historiografia e contribui significativamente para o corpus documental da pesquisa.

3 ESTUDANTES EM 1968

O ano de 1968 representou o estopim para as movimentações estudantis. Em meio aos sinais de tensões entre grupos militares que disputavam a sucessão de Costa e Silva, os estudantes do Rio de Janeiro entravam em choque com um pelotão da Polícia Militar da Guanabara, ao lado do restaurante estudantil conhecido por “Calabouço”. Dessa vez, a ação policial resultou na morte do estudante Edson Luis Souto, desencadeando protestos de diversos setores da sociedade civil – jornalistas, parte do clero, líderes sindicais, artistas, intelectuais – em protesto nas ruas contra a violência do governo ditatorial. Protestos que ultrapassaram as fronteiras cariocas e alcançaram praticamente todo o país. Em João Pessoa, o governador João Agripino proibiu passeatas em protesto à morte do estudante Edson Luís:

[...] Em face das comunicações recebidas do sul do país, no sentido de que elementos estranhos à classe estudantil aproveitando-se do seu estado emocional decorrente da morte do colega da Guanabara, para a prática de desordens, depredações, afronta à autoridade e atentando ao regime, faz ciente de que não permitirá concentrações, passeatas ou comícios, neste Estado, a partir de hoje, até novas instruções e mantendo a ordem pública, que permitirá o normal funcionamento do comércio, da indústria, dos estabelecimentos de ensino e demais atividades da sociedade (Correio da Paraíba, 1968, “Agripino proíbe manifestações estudantis”, 03 de abril, p. 8).

De toda maneira, a União Estadual dos Estudantes na Paraíba (UEEP) e a Associação Estadual dos Estudantes Secundaristas (AESP) convocaram o DCE da UFPB, os Diretórios Acadêmicos (DAs) das Faculdades da UFPB e os Grêmios Estudantis para uma paralização das aulas nas instituições de ensino superior e nos diversos colégios e escolas estaduais, seguida de mobilizações nas ruas da capital. A pedido dos estudantes, o Arcebispo Dom José Maria Pires celebrou uma missa na manhã do dia 04 de abril na Catedral Nossa Senhora das



Neves pela alma do estudante Edson Luís. Ao término da missa, os estudantes saíram da igreja em passeata com destino ao Ponto de Cem Réis. Pelo caminho realizaram dois protestos relâmpagos: um em frente à Loja Maçônica, na avenida General Osório, e nas proximidades da Biblioteca da UFPB (SILVA, 2010, p. 17-18).

Ao chegar no Ponto de Cem Réis, os estudantes foram surpreendidos por soldados da Polícia Militar fortemente armados. No confronto entre estudantes e militares, foram presos os estudantes universitários Tibério Graco Pereira de Sá e Augusto Aécio Mendes Duarte. A reação à morte de Edson Luís em João Pessoa foi recordada por A.R.:

Então, tiveram dois momentos participativos na minha fase de protesto estudantil: um foi no Ponto de Cem Réis, quando nós fizemos uma grande ocupação no Ponto de Cem Réis. Estudantes, intelectuais da universidade estavam lá presentes e o exército dispersou este movimento. O segundo movimento foi em frente à catedral, onde na hora da distribuição dos panfletos eu e mais o grupo que estávamos distribuindo os panfletos fomos detidos e levados para a delegacia que existia na Duque de Caxias, uma delegacia antiga, em que ficamos detidos para depoimentos. Todos eram menores de idade [...] (A.R, entrevista concedida à autora em 25 de abril de 2014).

De fato, segundo o jornal *Correio de Paraíba*, houve confronto entre estudantes e a polícia nas proximidades do Ponto de Cem Réis, no centro de João Pessoa. Recebidos com vaias pelos estudantes, os policiais reagiram:

O primeiro choque entre estudantes e policiais verificou-se as 11:20 nas ruas do Ponto de Cem Réis, quando contingentes da polícia militar, investiram contra uma passeata estudantil que, iniciada diante da Catedral Metropolitana, onde o padre Juarez Benicio celebrava missa em sufrágio da alma de Edson Luís, percorrendo a avenida General Osório ganhava a rua Duque de Caxias e, naquele momento atingia o logradouro central da cidade (*Correio da Paraíba*, 05 de abril de 1968, p. 1).

A violência policial levou alguns setores da sociedade civil paraibana a se pronunciarem em favor dos estudantes e contra o ato permissivo à violência do governador João Agripino. Dentre atos repressivos, o governador usava de aparato repressivo apoiado no cumprimento a norma nacional, em que governadores e prefeitos deveriam manter a ordem em suas áreas de influência. Aquelas regiões que não tivessem suas forças de oposição devidamente controladas, deveriam entrar para lista de segurança nacional.

Novas manifestações estudantis foram registradas em agosto de 1968, quando os estudantes universitários de João Pessoa, após uma passeata pelas ruas da capital, decidiram ocupar a sede da Faculdade de Filosofia (FAFI) em protesto à prisão do líder estudantil Wladimir Palmeira, presidente da União Estadual dos Estudantes da Guanabara. A ocupação ao prédio da FAFI durou cinco dias e foi dirigida pelas entidades estudantis UEEP, DCE -



UFPB e UPES. Foram fixadas algumas faixas nos muros da faculdade contendo palavras de ordem em defesa da liberdade e da democracia. Uma delas estava escrito “Soy Loco por ti Brasil”, em inspiração à música de Caetano Veloso “Soy loco por ti América” (SILVA, 2010, p. 20).

No espaço acadêmico, os estudantes presenciaram a implantação de uma reforma universitária tecnocrata, voltada para o desenvolvimento econômico sem perspectiva humanitária. Para os estudantes, a universidade era o espaço de diálogo e democratização e não estavam satisfeitos com a implementação de uma reforma instituída pelo governo, “elaborada por burocratas do Estado e intelectuais conservadores, sem qualquer participação estudantil” (MARTINS FILHO, 1987, p. 127). Segundo os estudantes, uma reforma universitária deveria ser instituída a partir das ideias de abertura, democratização e modernização do espaço universitário. Segundo presidente do DCE-UFPB, Everaldo Queiroz³: “O negócio agora é tocar as coisas para frente que a gente não tem mais o que esperar das autoridades, pois o que elas querem é nos oferecer uma reforma tapa buraco, paliativo para os problemas da universidade brasileira” (Correio da Paraíba, 18 de setembro de 1968, p. 8).

O governo militar brasileiro soube tirar proveito de uma das bandeiras de luta estudantil para instituir nas universidades estaduais e federais uma reforma universitária que nascia sob dupla função: ao mesmo tempo que era autoritária, também era conservadora. O fruto da natureza paradoxal estaria na própria dubiedade dentro das forças armadas:

Em certas circunstâncias, já que diferentes grupos ocupavam lugares distintos no aparelho do Estado, políticas contraditórias foram ocupadas ao mesmo tempo. [...] enquanto certos líderes batalhavam pelo sucesso da reforma universitária, criando melhores condições de trabalho para os professores, os comandantes da máquina repressiva intensificaram os expurgos, lançando insegurança e desânimo no meio estudantil (MOTTA, 2014, p. 52).

Os reflexos da reforma universitária instituída na década de 1960 reverberou na vida estudantil por muito tempo.

³ Everaldo Queiroz sucedeu a José Ferreira na presidência do DCE-UFPB a partir da segunda metade do ano de 1968.



4 A DÉCADA DE 1970

No período da distensão política, o impacto da reforma universitária (em conjunto com a postura estritamente acadêmica que as entidades estudantis deveriam assumir) refletia no cotidiano estudantil da UFPB e no processo de retomada do DCE enquanto espaço de representação e luta política. Tornou-se difícil a articulação estudantil mediante o estado de vigilância dentro do espaço acadêmico e da grade curricular que obrigatoriamente impunha aos estudantes o seu cumprimento, com diversas disciplinas que serviam de pré-requisito para as posteriores. A Reforma Universitária foi instrumentalizada no espaço acadêmico a partir de 1969, com a implantação de ciclos de estudos e sistemas de crédito.

De um lado, a reforma universitária aparece como instrumento de desenvolvimento e progresso social, supostamente atendendo às demandas sociais por cursos superiores em nível de graduação e pós-graduação. Por outro lado, tinha um objetivo desmobilizador, pois atacava duramente a organização do movimento estudantil, a autonomia universitária e a possibilidade de contestação e crítica no interior das Instituições de Ensino Superior. Medidas como: a departamentalização, matrícula por disciplina, unificação dos vestibulares, que passam a ser classificatórios, fragmentação dos cursos, o controle ideológico e administrativo dos professores e o modelo administrativo empresarial implantado nas faculdades representam o 'ajustamento' da Universidade brasileira à ordem política e econômica que se impunha, aprofundando linhas já existentes (FONSECA *apud* PORTUGAL, 2008, p. 35).

Quanto ao DCE da UFPB, competia ao órgão, segundo seu estatuto aprovado em 20 de março de 1965, ser uma entidade de representação, coordenação e orientação do corpo discente da UFPB. Estava dividido entre Conselho de Representantes e Conselho Administrativo. O Conselho de Representantes era composto por um representante de cada centro (à época chamado de faculdade) da UFPB, com reuniões mensais ou quando convocado pelo presidente do DCE. Sua função era deliberativa. O Conselho Administrativo era composto pelo presidente e vice, secretário geral, primeiro secretário, tesoureiro e vice. Este conselho era auxiliado pelos departamentos de cultura, imprensa e publicidade, assistência alimentar, assistência social, casas universitárias e feminino [sic]⁴. Cada departamento deveria ter seu próprio regimento interno, que cumpria as demandas do assistencialismo estudantil oferecido pelo DCE.

O Diretório Central dos Estudantes e suas instâncias deliberativas eram os únicos espaços de representação estudantil dentro das universidades autorizados pelo regime militar. No entanto, era proibida atuação política nesses órgãos e de seus membros. No capítulo I,

⁴ Informações do Estatuto do DCE, de 20 de março de 1965, páginas 4 a 8.



artigo 2º do estatuto do DCE-UFPB cabe aos integrantes lutar pelo aprimoramento das Instituições Democráticas e apoiar justas reivindicações dos DAs junto a qualquer autoridade superior de ensino ou não, porém para vetar qualquer manifestação de insatisfação estudantil com o governo, no capítulo IV, artigo 20º do estatuto, constitui crime de responsabilidade dos atos dos membros do DCE “o livre exercício dos direitos políticos e sociais,” e os casos de denúncia poderiam ser apurados por uma comissão de inquérito. As penas por infração poderiam ser aplicadas pelo Conselho Administrativo ou pelo Conselho Representativo (para os casos de formação de comissão de investigação)⁵.

Era competência do DCE confeccionar carteiras estudantis e doutrinar estudantes a uma vida estritamente acadêmica. No Ofício III/ SSI/ 69, o reitor Guilardo Martins dissolveu estudantes eleitos e nomeou interventores. Esse era o primeiro passo para afastar as lideranças do comando do movimento estudantil e preparar outras iniciativas para punir os envolvidos com as manifestações ocorridas em 1968. Em fevereiro de 1969 Guilardo realizou viagens ao Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Nesses lugares reuniu-se com generais e o Ministro da Justiça sobre os problemas do ensino superior (O Norte *apud* SILVA, 2010, p. 26). Na volta a João Pessoa, trouxe orientações para elaborar uma lista de estudantes que deveriam ser impedidos de realizar matrícula. Foram feitas duas listas, com estudantes terminantemente proibidos de serem matriculados na UFPB e outra lista com prazo de impedimento determinado⁶.

A própria estrutura repressiva dentro das universidades gerou nos estudantes a necessidade de reconstrução: repolitização do espaço acadêmico e pela retomada de uma perspectiva social de Universidade (PELLICCIOTTA, 1998, p. 28). Após 1968, as manifestações em espaço público diminuíram na capital paraibana, ressurgindo entre 1975 e 1976 com as reivindicações contra o sistema de *ticket*⁷ nos ônibus da cidade.

Por sua vez, o movimento estudantil secundarista de João Pessoa procurava manter-se ativo e interessado pela política local e nacional. Dentre as entidades secundaristas, o Grêmio estudantil Castro Alves, do Colégio Estadual do Roger, tinha grande expressividade:

Meu ingresso ao movimento estudantil vem de 1968, no Colégio Estadual do Roger. Fui contemporâneo de Antônio Soares – o Help - e Severino Gomes – Biu – que era o presidente do grêmio Castro Alves do Colégio Estadual do Roger à época, né, e

⁵ As penas de advertência, censura e suspensão eram aplicadas pelo Conselho Administrativo. A pena de exclusão pelo Conselho de Representantes.

⁶ Todos os nomes indicados por Guilardo Martins podem ser vistos em Silva (2010, p. 25-27).

⁷ Bilhetes que seriam usados como passagem em ônibus. Os estudantes teriam direito a meia entrada, dentro de um limite mensal.



outros colegas. Alguns deles, inclusive, na sequência participaram aqui do período de retomada do movimento estudantil da UFPB, [...]. Em 1970 ingressei no Lyceu, fiz os três anos do curso científico da época e inclusive fui proibido de participar do grêmio estudantil. O grêmio Santiago Gurgel foi fechado quando a gente inscreveu uma chapa e eu tive que optar por outra forma de fazer atividade política que foi a criação, com outros colegas, do grupo de teatro, o GETEX – Grupo Estudantil de Teatro Experimental⁸ – que a gente teve uma certa participação inclusive com algum destaque na época, no movimento cultural da cidade, nesse período em torno de 1970 ao final de 1972 (A.S., entrevista concedida à autora em 29 de abril de 2014).

O movimento cultural desempenhado pelos estudantes secundaristas foi desenvolvido no ano de 1970 e incluía diversas atividades culturais, interligando estudantes de várias cidades do estado da Paraíba.

Eu já era estudante do Lyceu Paraibano e comecei a participar de um chamado Movimento de Cultura Popular, que foi criado em João Pessoa-Paraíba por um grupo de pessoas de que fazia parte Pedro Osmar, que era um dos mentores desse movimento e Vladimir Dantas, que era meu irmão. A gente montou peça, tivemos contato com associações universitárias, principalmente a associação de Catolé do Rocha onde nós fomos apresentar uma peça, e foi nesse meio aí que acabamos encontrando com algumas outras pessoas, como Severino Dutra, Agamenon Sarinho, depois apareceram Neta que posteriormente foi o grupo precursor do movimento estudantil nessa retomada no início do reitorado de Lynaldo Cavalcanti (W. D., entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2015).

5 AS PRIMEIRAS ARTICULAÇÕES DO DCE

O ponto inicial da articulação dos estudantes acadêmicos veio através da luta, em conjunto com os estudantes secundaristas, contra a implantação de *tickets* nos transportes coletivos:

Exatamente, a gente se articulou para fazer a luta contra a implantação do sistema de tickets que na nossa ótica, e também era a intenção na época, [...] a gente entendeu que a implantação do ticket estudantil, [...] era uma medida para extinguir ou limitar, como de fato limitou, o direito de abatimento de 50% das passagens de transporte coletivo. Então a gente se juntou com esse grupo de estudantes da Escola Técnica, [...] e a gente da universidade, nós fizemos então um movimento contra os tickets, abaixo assinados e tal, articulações para exatamente tentar barrar. Nós não conseguimos barrar a implantação do ticket mas conseguimos alterar o projeto, por exemplo, ampliando o número de passes estudantis com abatimento, do que estava previsto, então a gente ampliou para secundarista, para universitário que me parece que não estava previsto inicialmente [...]. Então isso aglutinou mais esse grupo na UFPB e deu a base para já a partir de 75 a gente lançar o movimento pela reestruturação do movimento estudantil da UFPB e a tomada do DCE (A.S., entrevista concedida à autora em 29 de abril de 2014).

⁸ João Pessoa não foi a única cidade na Paraíba a desenvolver atividades estudantis de caráter cultural. Na cidade de Campina Grande, os estudantes secundaristas também se envolveram em atividades culturais para integração estudantil. Segundo Silva (2014, p. 72-73), os estudantes do Centro Estudantil Campinense realizavam, a partir da segunda metade da década de 1960, festividades que contavam com jogos interescolares e exibição de filmes no Cineclubes Glauber Rocha.



“Isso [movimento contra o *ticket*] foi um fato que gerou uma forma de organização dos estudantes”, recordou nosso outro entrevistado, W.A. A organização em prol de uma causa comum estudantil, a questão do transporte, do direito a meia passagem, aproximou grupos de estudantes na UFPB inconformados com sua representatividade acadêmica, acuados devido ao aumento da vigilância e repressão. Desse grupo já foi se estruturando as bases para a articulação pela retomada das movimentações estudantis da UFPB e do DCE, em 1975:

A universidade não tinha os diretórios funcionando, não tinha nenhuma entidade representativa estudantil. O que existia na época, em 72 quando eu entrei na universidade, eram as associações atléticas esportivas. Então a ditadura acabou com as entidades representativas estudantis e basicamente alimentou a criação das associações atléticas [...] associações esportivas (W.A., entrevista concedida à autora em 03 de julho de 2014).

O que não significa que o Diretório Central não existisse. As Associações Esportivas tornavam-se mais expressivas devido ao contingente estudantil que reunia em período de torneios ou disputas esportivas. O DCE existia, mas não tinha visibilidade enquanto órgão de representação e defesa dos estudantes. O objetivo maior, não só na UFPB mas em todo país - a partir das diretrizes estabelecidas pelo governo através do MEC - era manter os demais estudantes acadêmicos distantes ou apáticos ao embate político, de modo que tivessem comprometimento apenas com as disciplinas acadêmicas, profissionalização e conclusão do curso. Recorda A.S. sobre o DCE-UFPB “[...] não fazia a luta reivindicatória e política. Emitia carteirinha de estudante e deveria participar ou apoiar a Associação Atlética nas atividades esportivas”.

Com cerca de quinze estudantes envolvidos, a proposta era reativar o DCE enquanto representação política estudantil.

Esse primeiro grupo, embora houvesse a participação nos debates e nas reuniões de algumas pessoas que já haviam tido participações anteriores e eram fichados politicamente, haviam pessoas que a elas só foi dado o direito de frequentar a universidade [...] assinando um documento de que não teria participação alguma em movimento, tinha sido cassado o direito de participação dessa pessoa, havia alguns nessa condição e havia um pessoal que não tinha nenhum registro anterior de participação alguma [...] e foram essas pessoas que encabeçaram esse documento e foram para a primeira audiência com Lynaldo Cavalcanti [...] para entrega do documento formal (W.D, entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2015).

No entanto, as primeiras notícias nos jornais sobre movimentações estudantis da UFPB remontam a maio de 1976. O jornal *O Momento* lança uma nota sobre o lançamento do



jornal estudantil *Gênese*. Segundo informações o jornal era editado por Romero Antônio Leite, Paulo Tavares e Carlos Tavares. Segundo seus editores, o jornal era um órgão de denúncia dos problemas sócio-político-econômico dos universitários brasileiros, com destaque aos nordestinos (O Momento, 01 a 15 de maio de 1976, p. 1).

Paulo foi o primeiro a entrar na universidade, em 1974. Nesse período Paulo conheceu Edson Neves, foram nós três responsáveis pelo *Gênese* [...] a manifestação que era possível era a cultural, era isso que era possível fazer [...]. Edson acaba conhecendo o presidente do DCE, que era um interventor e propôs a Edson fazer um jornalzinho. Edson acabou topando e chamou a gente, só que paralelo a isso estava ocorrendo uma movimentação para retomada do DCE, de uma forma mais organizada. [...] Quando lançamos o *Gênese*, houve praticamente no mesmo momento a retomada do DCE. A gente entrou no grupo da retomada sem fazer parte das organizações políticas, boa parte do grupo era de organizações (R.A.L, entrevista concedida à autora em 08 de maio de 2014).

O inconformismo entre os estudantes da UFPB não era representado por um grupo homogêneo. Em 1975 havia os estudantes que atuaram na luta com os secundaristas contra a introdução do sistema de *tickets* estudantis na capital e os estudantes mais articulados com a expressão cultural. Portanto, o objetivo do novo grupo era:

Tomar o DCE que estava nas mãos dos interventores. Fizemos então um processo de aglutinação por cursos, então a gente tinha [...] à época talvez tivéssemos 30% dos cursos que existe hoje na universidade e nós conseguimos, juntando gente de cada curso, a força principal era do CCHLA e o CCSA, mas tinha gente de medicina, então conseguimos, em entendimentos com a administração da universidade que, apesar de ser em tempo de ditadura, mas o Lynaldo que na época era o reitor e, claro, pessoa ligada ao regime, ele tinha uma visão mais aberta (A. S., entrevista concedida à autora em 29 de abril de 2014).

O movimento de retomada do DCE enquanto entidade de representação política dos estudantes se deu em negociação com a Pró Reitoria de Assuntos Comunitários, dentro de um processo extremamente controlado:

[...] Não tinha eleições diretas, nem para o DCE e nem para ... não tinha os Diretórios Acadêmicos. Os Diretórios Acadêmicos haviam sido fechados em 68, mas havia a possibilidade de criar os diretórios por centro, então tinha o do Centro de Saúde, o do Centro de Tecnologia, o CCHLA, o CCSA, acho que o Centro de Educação não existia na época, o CCEN, Areia com o campus de Ciências Agrárias e o campus de Campina Grande que era ... na verdade era como se fosse uma Pró Reitoria do interior – PRAI – então se abriu essa possibilidade. Agora como é que isso se dava? Primeiro deveríamos eleger representantes dos cursos, os representantes dos cursos – pequeno grupo – elegia o presidente do Diretório Acadêmico. Esse foi o primeiro passo. Nós lançamos na época uma chapa com a grande maioria, acho que com 27 cursos e o nome da chapa era Refazendo. Elegemos, dos 27, 26. [...] Elegemos os presidentes dos Diretórios e o passo seguinte foi em 1976. Formado um colégio eleitoral, elegemos o presidente do DCE que foi o estudante de Filosofia, Severino Dutra de Medeiros (A. S., entrevista concedida à autora em 29 de abril de 2014).



Ao reestabelecer os Diretórios Acadêmicos por centro de ensino dentro da UFPB, o passo seguinte foi ocupar e reativar o DCE. Nesse processo, os estudantes que atuavam na perspectiva cultural passaram a compor também o espaço do DCE, resultando em uma gestão que mesclava características políticas e culturais. Entre os estudantes militantes de partido de esquerda, o consenso era de que aquele não era o momento de se expor. Segundo orientação dos partidos:

[...] a gente tinha uma orientação que eram normas de segurança do partido que não podia se expor [...] minha atividade política era clandestina, era fora da universidade. Tentativas e tentativas de reorganizar o PCdoB na Paraíba, que eu era o único membro daqui nessa época. Então eu fiquei só nesse período, construindo com alguns outros conhecidos e tal, mas tudo muito clandestinamente, sem nenhuma visualização (A.S., entrevista concedida à autora em 29 de abril de 2014).

A experiência partidária, com propostas organizativas de coletividade, foi essencial na unificação dos estudantes para uma causa comum. Contudo, os estudantes mais ligados às questões culturais tinham o poder de levar suas insatisfações e a conscientização política a espaços mais longínquos. A cultura tocava na sensibilidade das pessoas “[...] porque entrava na nossa alma, na nossa cabeça, ficava aquele negócio do sonho e tal” (A. R., entrevista concedida à autora em 25 de abril de 2014). Segundo Pellicciotta (1997, p. 26), a partir dos anos 70 as concepções militantes deixam de estar em território exclusivamente partidário para produzir uma multiplicidade de propostas de organização e ação política.

Conquistado por vias legais, os estudantes não sofreram embates com a gestão anterior. Para as eleições de 1976 a reitoria não havia indicado candidatos para compor o DCE-UFPB. O curso de Direito chegou a lançar uma chapa composta por Sólon Benevides (assessor na época do deputado federal Humberto Lucena), Luciano Mariz Maia (sobrinho do deputado Antônio Mariz) dentre outros membros, porém saíram vitoriosos os integrantes da chapa Refazendo, nome escolhido em referência a famosa música de Gilberto Gil, Refazenda.

Reorganizadas as representações políticas e conquistados espaços físicos, o objetivo seguinte era trazer os demais estudantes da UFPB a conviverem nessas entidades e sentirem-se representados por elas. Assim a cultura se apresenta à política estudantil como sua fiel aliada.



6 DAS PRÁTICAS CULTURAIS A UNIÃO ESTUDANTIL

O DCE da retomada representava a pluralidade entre os estudantes de oposição a ordem vigente no espaço acadêmico da UFPB. Nela tinha militantes de partidos e correntes de esquerda, bem como estudantes independentes, sem vínculos partidários. Unidos, a pretensão era de tornar o DCE um espaço de representação política e cultural dos estudantes: “Essa gestão teve um grande desafio que era aglutinar a estudantada. Universidade crescendo, os cursos ampliando, o reitor criando campi por tudo que é canto, professores chegando. Uma efervescência grande tinha que aglutinar os estudantes” (W.D, entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2015).

A presença cultural no DCE pode ser compreendida na medida em que se entende a necessidade de aproximação aos demais estudantes, com intuito de trazê-los para a vivência da política estudantil através das expressões culturais, a fim de despertar emoções e sentimentos, ao passo que poderiam “[...] evocar uma grande diversidade de significados compartilhados, mas atribuíveis segundo as experiências individuais (FURTADO, 2004, p. 240). Imbuídos de caráter político, os estudantes da retomada do DCE tinham o desafio de lidar com estudantes temerosos em participar ativamente das instâncias deliberativas estudantis, porém também tinham de lidar com estudantes apáticos, frente a toda uma dominação política e social da ditadura militar, afinal, era o presente que os oprimia.

Então realmente a questão cultural teve um papel, era um negócio que interessava. O movimento estudantil agregava muitas pessoas de cultura, porque as pessoas se sentiam tolhidas. Naquela época agregava o pessoal do teatro, da música que vinham participar porque tinha eventos estudantis ligados a arte e cultura. Me lembro que na USP daquela época, Belo Horizonte, Rio de Janeiro tinham Circuitos Universitários de Música, tinha os Festivais de Música Universitários, então havia toda uma história nacional sobre cultura W.A, entrevista concedida à autora em 03 de julho de 2014).

Segundo Pellicciotta (1997), na década de 1970 as atividades culturais tornaram-se parte da vida das entidades, integradas aos propósitos coletivos de um espaço complementar à experiência formativa. Pouco a pouco, foram os shows musicais, através das Mostras de Música que promoveram “a troca de referências e linguagens artísticas no interior do espaço do diretório (de larga tradição política)” possibilitando “a experimentação de perspectivas de ação coletiva” (PELLICCIOTTA, 1997, p. 166).



Para Napolitano (2017, p.42), a derrota da guerrilha e a prática das prerrogativas do AI-5 levaram a ampliação do conceito de resistência cultural pensado dentro da questão democrática, levando a década de 1970 a mirar na luta democrática.

Na década de 1970, antes mesmo de voltar a atuar nas ruas era preciso reconquistar o espaço acadêmico e a participação dos demais estudantes. Para tanto, os espaços do DCE e da própria Universidade foram transformados em pontos de intersecção entre as diferentes concepções políticas e culturais, ao passo que se tornaram espaços do repensar das ações políticas a partir das novas perspectivas de convívio, sociabilidade e participação.

Com a retomada da entidade de representação estudantil na UFPB, a ideia era torná-la um espaço de vivência coletiva, alcançar espaços para além daqueles que se encorajaram a compor uma chapa política de transformações. Desta maneira, as expressões culturais na década de 1970 permitiram que os mais diferentes estudantes agregassem as entidades e passassem a participar da construção de perspectivas mais amplas de ações coletivas.

A USP, a UFBA e a UFMG iniciaram suas atividades de retomada do DCE no início da década de 1970:

Na verdade, as atividades culturais atingem uma tal importância no processo de reconstrução política dos diretórios que a partir de 1973 os DCEs, instâncias mais centralizadas de organização representativa, começam a incorporar às perspectivas de ação representativa a organização e promoção de eventos, publicações e atividades culturais, como se estas atividades culturais pudessem “emprestar” perspectivas coletivas ao projeto de recomposição político-institucional (PELLICCIOTTA, 1997, p. 168).

Em 1976 os jornais da cidade de João Pessoa começaram a noticiar sobre as primeiras manifestações estudantis. Tais notícias giravam em torno de expressões culturais. O jornal *A União* registrou na edição de 18 de julho de 1976, a realização de ciclo de debates sobre arte e cultura realizado pelo DCE-UFPB, em conjunto com diversos diretórios acadêmicos. Realizados semanalmente, eram debatidos temas ligados a música, teatro, cinema e literatura. Essa não foi a única atividade cultural promovida pelo DCE publicada em jornais.

As práticas culturais inserem ao espaço acadêmico e ao DCE um outro conceito de militância e revolução. São linguagens participativas nas formas poética, cinematográfica ou musicais com vistas a se afirmarem em experiências de transformação das relações coletivas e sociais. A incorporação de instrumentos culturais às expressões políticas não é novidade. A realização do Centro Popular de Cultura nos anos de 1960 pela UNE foi uma iniciativa de levar cultura aos meios estudantis e sociais por todo o país. Porém, a questão que se coloca na década de 1970 diz respeito à importância que estas atividades adquirem como procedimentos



alternativos de vivência e formação acadêmica, ou como práticas fundamentais à renovação e criação de novas possibilidades de ação política (PELLICCIOTTA, 1997, p. 170).

Em fevereiro de 1977 *A União* publicou uma nota sobre o projeto Cineclube do DCE-UFPB. *O Norte* expôs com detalhes em publicação de 27 de fevereiro de 1977, que informa o primeiro filme exibido pelo Cineclube: “O Profeta da Fome” de Maurice Copovilla. Filme de uma hora e trinta e cinco minutos, em média, foi inspirado no conto “Um Artista da Fome” do escritor tcheco Franz Kafka. Nesse sentido, retrata a vida de um trabalhador circense que acaba sendo preso após a exibição de seu melhor papel: “o crucificado vivo”. A cada capítulo do filme vem uma frase de efeito que associa o enredo do filme a fé e vida do povo sertanejo.

Se levarmos em consideração que, justamente nesses anos setenta, são construídas as bases do Brasil contemporâneo, devemos atentar para a importância da experiência cinemanovista no período, um tanto quanto exótica, um pouco folclórica, porém profundamente ideológica, no sentido amplo do conceito. Recusando as simplificações, não resumindo a relação Estado autoritário /cinemanovista como uma cooptação destes por aquele, poderemos compreender a engenharia política de construção de um discurso ideológico extremamente complexo e voltado à maior parte da sociedade brasileira, pois trabalha diretamente seus símbolos e valores de forma plástica refinada, politicamente vinculada à consolidação do processo de distensão, acabando por legitimá-lo (MALAFAIA *apud* NAPOLITANO, 2010, p. 157).

Muitos dos cineastas aderiram a estética marginal, desvinculado dos padrões exigidos pela Embrafilme. No DCE-UFPB os filmes exibidos seguiam a linha marginal, sendo priorizado também o viés político, como meio de articular arte aos problemas sociais e econômicos do país⁹. Os filmes eram exibidos na própria sede do DCE-UFPB e aglutinava um público “surpreendentemente numeroso” (*O Norte*, 27 de fevereiro de 1977, p. 1). Após a exibição semanal de cada filme havia um debate com a participação do público.

Na Paraíba havia o um movimento de cineclubismo. Em João Pessoa havia algumas pessoas, Silvio Ozias em Jaguaribe. Em Campina Grande havia um cineclube muito bem organizado. Tinha Rômulo, Umbelino Freitas e tinha Bráulio Tavares. Foi quem orientou e a gente fundou aqui o cineclube do DCE, que era dispendioso porque era preciso alugar as máquinas para projetar os filmes e tinha que ir até Recife alugar os rolos de filmes, toda semana (W. A., entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2015).

O Cineclube da UFPB foi fundado em outubro de 1976 como resultado da realização do Ciclo de Debates promovido pelo Departamento Cultural do DCE entre julho e agosto de

⁹ Filmes como “Pau pra Toda Obra” de Augusto Sevá e Reinaldo Volpato: trata da utilização de mão de obra na construção de edifícios nas grandes cidades e faz um paralelo entre construção civil e a especulação imobiliária. Outro exemplo de filme que foi exibido pelo Cineclube é “Viramundo” de Geraldo Sarno: trata da migração de nordestinos para São Paulo e todo o drama que enfrentam na megalópole paulista.



1976. Seu funcionamento dependia do quadro de sócios. À época cada sócio deveria pagar uma importância mensal de CR\$ 5,00 (cinco cruzeiros).

Na edição de 13 de março de 1977, *O Norte* publicou sobre a presença dos jornalistas Antônio Carlos Carvalho, Marcos Faernann, Jaguar e Henfil na calourada promovida pelo DCE:

[...] a calourada, por exemplo, foi um marco. [...] um marco que mexeu aqui inclusive com a região: gente de Pernambuco veio pra cá, do Ceará. Nós fizemos uma semana de debates exatamente apoiada na imprensa alternativa. Então nós trouxemos pra cá Henfil, trouxemos o Jaguar, veio pra cá debater com a gente, à época o jornalista Tonico Ferreira, o Antônio Carlos Ferreira, que logo depois foi para *O Globo*, mas ele era o editor do jornal *Opinião* na época, que se destacava na imprensa alternativa (A. S., entrevista concedida à autora em 29 de abril de 2014).

Esta calourada foi o maior evento organizado pelo DCE após a retomada das atividades estudantis. Teve duração de 21 a 26 de março e contou com shows de artistas locais, exibição de filmes, fotografias com o tema “Realidade brasileira”, teatro, debates envolvendo diversos temas que envolviam as problemáticas sociais da época.¹⁰ O evento ocorreu em todos os Centros da UFPB, descentralizando as atividades do espaço físico do DCE.

Nacionalmente, as calouradas tinham duração de uma semana ou mais e faziam parte do projeto de recepção aos novos estudantes no espaço acadêmico. Estes eventos reuniam não só os novos estudantes, mas também os chamados veteranos e pessoas de fora da vivência acadêmica, um evento que trazia expressividade cultural com tons politizados para estudantes e pessoas dos mais diversos setores sociais.

Na parte musical das calouradas e eventos do DCE e dos DAs da UFPB, era comum a presença de repentistas, também conhecidos por cantadores de viola. A atividade desses artistas remonta ao século XIX e consiste na junção entre rima e melodia, utilizando temas presentes no cotidiano sertanejo ou temas sobre sociedade e política. Oriundos das regiões interioranas do Nordeste brasileiro, os repentistas foram, ao longo de dois séculos, saindo das regiões interioranas para habitar os centros urbanos. Nesses espaços politizaram-se e de alguma forma alguns também tornaram-se autodidatas, contudo sem perder a essência, que é o ser sertanejo. Para acompanhar as rimas improvisadas na hora, a viola dita os contornos da melodia.

¹⁰ Debates com o tema: “O papel da Mulher na Sociedade” e “Universidade e o aluno” fizeram parte da calourada.



A gente chamava muito, eu me lembro, na época os repentistas. E os repentistas fizeram um negócio bom porque o repentista, no meio a gente pedia “faça aí sobre Brasil militar”, então como não era música oficial, eles começavam a cantar sobre estudante [...] então na hora desenrolava sobre o que a gente pedia. A gente gostava muito de chamar os repentistas Vilanova e Oliveira de Panela sempre iam por lá [...]. O Vilanova era um cara mais letrado e ele falava sobre democracia, militares e o pessoal ficava animado (W. A., entrevista concedida à autora em 03 de julho de 2014).

Paralelo à calourada foi lançado o Caderno de Poesia Marginal. Um livreto que aglutinava as expressões poéticas dos estudantes da UFPB, “a capa era de papel de embrulhar carne [o chamado papel madeira] e os poemas impressos em mimeografo que a gente tinha lá. Eram poesias de muita gente daqui, coisas muito boas” (A.S., entrevista concedida à autora em 29 de abril de 2014). Esse era um meio de levarem ao campo da liberdade poética tudo aquilo que os reprimia.

Segundo Pellicciotta, citando o caso da UFBA, UFMG e USP:

Desde o início da década, o espaço acadêmico começa a ser ocupado por experiências coletivas na forma de grupos jornalísticos, poéticos, teatrais, corais, cineclubes e grupos de estudos que têm como propósito, antes de mais nada, dar prosseguimento à criação artística, aos exercícios de liberdade do pensamento e respeito às individualidades. São grupos de poetas, atores, etc. que constituem em si mesmos, experimentações de teor cultural e político em boa medida desconectados das perspectivas e leituras mais organizadas, e que em muitos momentos propõem um outro significado de engajamento – transcendente, em vários aspectos, dos paradigmas da organização partidária (PELLICCIOTTA, 1997, p. 145).

Além das calouradas, a elaboração de jornais esteve presente no meio estudantil da UFPB. Segundo Motta (2012, p. 24), os impressos são veículos fundamentais na divulgação e disseminação dos valores das diversas culturas políticas e são usados propositadamente para tal fim. Nos textos de livros e jornais estão presentes mitos, heróis, símbolos e valores morais do grupo e nessas publicações muitas pessoas encontram motivação para identificar-se e aderir.

O *Gênese* não foi o único jornal elaborado por estudantes da UFPB na década de 1970: os estudantes de comunicação lançaram o jornal *Bocão*, cuja finalidade era fazer uma análise do jornalismo na Paraíba. Com este intuito, pretendiam não só fazer um balanço geral do jornalismo estadual, mas também ter uma formação que pudesse atender às deficiências jornalísticas locais. Outro jornal promovido por estudantes foi *O Berro*, elaborado por estudantes de jornalismo da UFPB, que teve sua primeira edição no ano de 1978. O conteúdo assemelhava-se ao jornal *Gênese*, com uma exceção: procuravam ater-se aos problemas



cotidianos da cidade de João Pessoa, desde matérias sobre infraestrutura, excluídos (idosos, prostitutas, mendigos ...) e deficiência dos transportes coletivos.¹¹

Segundo Pellicciotta (1997, p. 182), a organização de jornais e boletins também possibilitou que arte e política estabelecessem novos pontos de contato. A circulação de informações entre estudantes de um mesmo curso, de mesma universidade ou de universidades diferentes é crucial à sobrevivência da organização estudantil, por isso “se traduz em um dos fundamentos de recriação das atividades e projetos coletivos, sendo fundamental construir instrumentos versáteis e rápidos de comunicação entre os estudantes” (PELLICCIOTTA, 1997, p. 185).

7 CONCLUSÃO

No decorrer desse artigo foi possível perceber que tanto estudantes secundaristas¹² quanto acadêmicos na cidade de João Pessoa diminuíram suas ações coletivas e públicas, porém não deixaram de movimentar-se. Estrategicamente planejaram outras manobras de expressão política para dar continuidade às atividades oposicionistas. Mesmo diante da repressão, da guerra psicológica e das leis proibitivas às atividades coletivas de oposição à ditadura, os estudantes da UFPB procuraram meios de burlar seus próprios medos e organizarem-se de tal forma que os órgãos de controle e informação do governo não promovessem ações repressivas. “A gente dizia que o ubaltismo era muito grande entre todos nós aqui e a gente via isso, que havia uma brecha pra atuar politicamente, mas uma brecha através dos movimentos culturais”¹³.

Diante da institucionalização da repressão a partir do AI-5 em todo o país, o grupo de estudantes da UFPB formulou estratégias para atuação política de oposição à ordem vigente e de aglutinação dos demais estudantes da UFPB. Cada vez mais em expansão com novos cursos de graduação e pós-graduação, a UFPB tornou-se um espaço promissor na luta contra o governo ditatorial, a partir da intervenção de seus estudantes. Portanto, o primeiro caminho traçado foi o das expressões culturais.

¹¹ Transporte coletivo era um grande problema da população pessoense, principalmente dos estudantes. Além da reduzida frota, era comum o não cumprimento ao direito estudantil da meia passagem.

¹² Neste estudo afunilamos o tema para o movimento de estudantes da UFPB, mas é impossível desvincular o constante contato e apoio entre estudantes acadêmicos e secundaristas na cidade de João Pessoa na década de 1970. Um dos fatores que pode ser destacado como influenciador deste contato é que muitos dos estudantes acadêmicos que participaram das atividades de retomada do DCE foram anteriormente participantes de movimentos secundaristas.

¹³ A.S., entrevista concedida a autora em 29 de abril de 2014. Ubaldo é personagem do quadrinista Henfil.



A liderança do grupo primeiro no DCE foi extremamente inteligente na utilização do espaço que tinha naquele momento e possibilitou todo o avanço que conquistou. Mas se não tivesse o uso estratégico de meios para conquistar o DCE e aglutinar os estudantes, teria sido engolido rapidamente e não teria sido precursor da organização dos segmentos da universidade (W.D., entrevista concedida à autora em 22 de maio de 2015).

Conquistado o espaço acadêmico - primeiro em negociação com o reitor Lynaldo Cavalcanti, em seguida na conquista dos estudantes através das atividades desempenhadas pelo DCE - foi a vez de ultrapassar os muros da academia e se fazer presentes nas ruas novamente, ao lado de alguns setores da sociedade civil paraibana a partir de meados de 1978.

REFERÊNCIAS

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.) **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de (Orgs). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História – ensaios de Teoria**. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FURTADO, João Pinto. Engajamento político e resistência cultural em múltiplos registros: sobre “transe”, “trânsito”, política e marginalidade urbana nas décadas de 1960 a 1990. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.) **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 229-245.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1976.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História Oral como fonte: problemas e métodos. In: *Revista Historiae*: Rio Grande, vol. II, 2011, p. 95-108.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) – ensaio histórico**. São Paulo: Intermeios, 2017.



NAPOLITANO, Marcos. “Vencer Satã só com orações”: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (orgs). **A construção social dos regimes autoritários**: Brasil e América Latina, vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 145-174.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Estado versus sociedade civil: o processo de transição para a democracia na Paraíba (1975-1979). **Prima Facie**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB. Jan./jun, 2009, p 57-84.

PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. 1997. **Uma aventura política**: as movimentações estudantis dos anos 70. Campinas-SP. 282 p. Dissertação de mestrado: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**: artistas da revolução, do CPC à era da Tv. 2º edição. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2º edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 13-36.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. Trad. Christian Edward Cyrill Lynch. São Paulo: Alameda, 2010.

SALDANHA, Alberto. **A UNE e o mito do poder jovem**. Maceió: EDUFAL, 2005.

SANTANA, Flavia Angelis. **Atuação Política do Movimento Estudantil no Brasil**: 1964 a 1984. 2007. 249 p. Dissertação de mestrado: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

SEVILLANO, Daniel Cantinelli. **Somos os filhos da revolução**: Estudantes, Movimentos Sociais, Juventude e o fim do regime militar (1977-1985). 2010. 206 p. Dissertação de mestrado: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

SILVA, Waldir Porfírio da. **A ausência da ampla defesa nas punições dos estudantes da UFPB em 1969**. 44p. Monografia: curso de Direito na Faculdade Paraibana – FAP. João Pessoa – PB: UFPB, 2010.

Periódicos

- *Correio da Paraíba*, edições de janeiro a dezembro de 1968; janeiro de 1975 a dezembro de 1976;
- *O Momento*, edições de janeiro de 1975 a dezembro de 1976;

Outras referências

- Documento de solicitação do DCE ao CONSEPE, arquivo SODS;
- Estatuto do DCE, aprovado em 20 de março de 1965.

Artigo recebido em: 26/08/2024

Artigo aprovado em: 14/11/2024